

ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS

C.N.P.J. 61.099.834/0001-90


PERNAMBUCANAS
ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DE ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. – CASAS PERNAMBUCANAS – SP

Ao longo dos seus 108 anos de existência, a Pernambucanas enfrentou diversas crises políticas e econômicas no país. O exercício que se encerrou em 31 de dezembro de 2016, cujas demonstrações financeiras estão aqui apresentadas, teve grandes desafios, visto o cenário macroeconômico desfavorável, que resultou em altas taxas de desemprego e baixos índices de confiança do consumidor. Diante desse cenário, a Pernambucanas reinventou-se, mais uma vez. Este time trabalhou para enfrentar essa realidade, adotando medidas que permitiram não apenas superar os desafios, mas, principalmente, garantir solidez de suas operações no longo prazo. A seguir, elencamos as principais medidas adotadas pela empresa no ano de 2016.

Adequação da linha de produtos: A Pernambucanas reforçou o seu posicionamento estratégico de focar no segmento de Moda, incluindo Vestuário e Lar, para atender seu público consumidor. Além disso, a empresa também manteve em suas 309 lojas, presentes em mais de 230 cidades no Brasil, a oferta de produtos eletroeletrônicos, informática e telefonia, incluindo os mais modernos aparelhos celulares e smartphones. Como consequência deste novo posicionamento, a Pernambucanas deixou de atuar na venda de produtos das linhas branca e marrom (de imagem e som).

Aumento da eficiência operacional: Foram promovidas alterações na estrutura organizacional, visando maior agilidade e eficiência na gestão dos negócios. Essa medida proporcionou a racionalização dos espaços ocupados no prédio administrativo, resultando na devolução de áreas localizadas nas proximidades, com a consequente redução de custos. Por outro lado, a reestruturação da cadeia de abastecimento e o controle efetivo das despesas resultaram em economia efetiva, apresentada nesta Demonstração Financeira.

Unificação do Centro de Distribuição: Foi inaugurado o Centro de Distribuição, localizado na cidade de Araçariquama (SP), que conta com área construída de aproximadamente 100.000 m². A nova instalação logística permite a integração e a operacionalização de todas as linhas de produtos do negócio em um único local, proporcionando ganhos de sinergia na operação, otimização de recursos, atualização tecnológica e agilidade nos processos, atendendo às necessidades presentes e futuras da Companhia e permitindo uma expressiva redução de espaços e consequente custos de armazenamento de estoques.

Nova unidade de negócios - Imóveis: A Pernambucanas acumulou, ao longo de sua existência, um patrimônio imobiliário de alto valor. Parte desses bens, em razão da dinâmica que move o mercado imobiliário, acabou por não mais ser utilizada na atividade fim. Após uma nova avaliação, esses bens foram integrados ao patrimônio de sociedade especializada, constituindo uma nova unidade de negócio da Companhia. O objetivo desta nova unidade será agregar valor e administrar todos os imóveis da empresa, mediante o desenvolvimento de projetos de incorporação, ampliação e outras iniciativas que permitam viabilizar sua operação comercial.

Valor de ativos: A outra parte expressiva destes bens (lojas), em razão das diversas alterações de moeda, dos critérios de depreciação e, também, da dinâmica do mercado imobiliário, estavam representados nas demonstrações financeiras de tal forma que não expressavam o seu real valor. Para permitir ao leitor que as demonstrações financeiras da Companhia sejam analisadas mais adequadamente do ponto de vista do seu valor patrimonial, promovemos a reavaliação dos valores desses ativos, mediante laudos emitidos por avaliadores independentes, constituindo reserva patrimonial sujeita à realização destes ativos. O ajuste a valor justo segue o princípio de dar transparência e informação adequadas aos usuários das demonstrações financeiras da empresa.

Serviços digitais: Cliente de que o mundo digital está cada vez mais presente na vida das pessoas, a Pernambucanas intensificou sua presença e serviços financeiros nos meios digitais. O ano foi marcado por uma rápida e profunda mudança nos negócios da unidade financeira, e criou condições para que, ao longo de 2017, possa desenvolver e implementar uma estratégia digital ainda mais ampla. Essa mudança resultou em uma retomada expressiva nas vendas de cartões próprios e resultará na criação de novos modelos de negócio, interação e engajamento com seus colaboradores, clientes, fornecedores e todos os demais parceiros.

Disciplina financeira: Todas as medidas descritas anteriormente e outras como a concentração de todas as soluções na área de seguros com a Seguradora AXA, maior companhia de seguros do mundo, permitiram a empresa gerar fluxo de caixa positivo, usado integralmente para uma redução expressiva do endividamento bancário na ordem de 19% nominal. Este resultado também nos permite voltar a expandir nossos negócios, mantendo a disciplina financeira, desenvolver nosso expressivo patrimônio imobiliário e investir na área digital como forma de estreitar o relacionamento único que a Pernambucanas tem com seus clientes.

A adoção dessas medidas, difíceis, mas necessárias, nos posiciona, mais uma vez, como uma empresa que acredita neste país, investe nele e acredita que esta força está ligada ao povo brasileiro, à família brasileira, com a qual sempre tivemos e teremos uma relação de estreita confiança e respeito. Vamos juntos fazer o país voltar a crescer.

São Paulo, 16 de março de 2017.

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Em milhares de reais)

| ATIVO | Controladora | | Consolidado | | PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | Controladora | | Consolidado | |
|--|------------------|------------------|------------------|------------------|--|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 2016 | 2015 | 2016 | 2015 | | 2016 | 2015 | 2016 | 2015 |
| Circulante | | | | | Circulante | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7) | 169.730 | 291.487 | 534.347 | 599.008 | Fornecedores (Nota 18) | 450.017 | 603.904 | 1.073.695 | 1.139.855 |
| Devedores por vendas, serviços e financiamentos, líquidos de provisão para créditos de realização duvidosa e do ajuste a valor presente (Nota 8) | 197.911 | 343.579 | 2.045.816 | 2.024.871 | Empréstimos e financiamentos (Nota 19) | 764.813 | 1.172.456 | 1.133.556 | 1.327.752 |
| Estoques (Nota 9) | 221.081 | 468.926 | 221.854 | 469.476 | Cessão de crédito | - | - | - | 10.912 |
| Partes relacionadas (Nota 10) | 562.148 | 494.540 | - | - | Salários e encargos sociais | 96.726 | 71.916 | 118.225 | 72.766 |
| Impostos a recuperar (Nota 11) | 51.770 | 68.954 | 52.476 | 69.358 | Impostos e taxas a recolher | 137.124 | 114.542 | 143.820 | 119.578 |
| Operações com derivativos (Nota 12) | - | 189.043 | 4.841 | 198.985 | Partes relacionadas (Nota 10) | 34.943 | 37.694 | - | - |
| Demais contas a receber (Nota 13) | 36.055 | 59.585 | 69.420 | 91.584 | Operações com derivativos (Nota 12) | 43.296 | - | 43.296 | - |
| | 1.238.695 | 1.916.114 | 2.928.754 | 3.453.282 | Dividendos a pagar (Nota 23) | 4 | 692 | - | 692 |
| | | | | | Imposto de renda e contribuição social | - | - | 41.876 | 81.008 |
| Não circulante | | | | | Demais contas a pagar (Nota 21) | 119.598 | 96.362 | 141.438 | 113.621 |
| Devedores por vendas, serviços e financiamentos líquidos de provisão para créditos de realização duvidosa e do ajuste a valor presente (Nota 8) | - | - | 6.189 | 13.289 | | 1.646.521 | 2.097.566 | 2.695.906 | 2.866.364 |
| Partes relacionadas (Nota 10) | 1.673 | 15.800 | - | - | Não circulante | | | | |
| Impostos a recuperar (Nota 11) | 8.192 | 7.030 | 9.434 | 7.051 | Partes relacionadas (Nota 10) | 23.306 | 3.143 | - | - |
| Operações com derivativos (Nota 12) | - | 56.422 | - | 56.422 | Passivo a descoberto de investida (Nota 15) | 63 | 20.909 | - | - |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 14) | 221.480 | 204.745 | 502.177 | 464.122 | Empréstimos e financiamentos (Nota 19) | 307.658 | 505.234 | 314.215 | 698.166 |
| Depósitos judiciais e cauções (Nota 20) | 49.960 | 50.111 | 50.692 | 50.775 | Provisão para contingências (Nota 20) | 41.347 | 31.958 | 427.405 | 383.176 |
| Demais contas a receber (Nota 13) | 2.822 | 2.436 | 9.138 | 8.523 | Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 16 (b) (i)) | 196.586 | - | 250.791 | - |
| Propriedade para investimentos (Nota 15b) | - | - | 168.065 | - | Demais contas a pagar (Nota 21) | 129.135 | 37.866 | 129.487 | 38.185 |
| Investimentos (Nota 15) | 934.288 | 558.258 | - | - | | 698.095 | 599.110 | 1.121.898 | 1.119.527 |
| Imobilizado (Nota 16) | 1.171.329 | 639.009 | 1.399.362 | 685.358 | Patrimônio líquido atribuído aos acionistas da controladora (Nota 23) | | | | |
| Intangível (Nota 17) | 118.705 | 150.454 | 146.169 | 150.454 | Capital social | 460.000 | 460.000 | 460.000 | 460.000 |
| | 2.508.449 | 1.684.265 | 2.291.226 | 1.435.994 | Reservas de lucros | 455.698 | 443.703 | 455.698 | 443.703 |
| | | | | | Ajuste de avaliação patrimonial | 486.830 | - | 486.830 | - |
| | | | | | | 1.402.528 | 903.703 | 1.402.528 | 903.703 |
| | | | | | Participação dos não controladores | | | | |
| | | | | | Patrimônio líquido total | | | | |
| | | | | | | | | | |
| Total do ativo | 3.747.144 | 3.600.379 | 5.219.980 | 4.889.276 | Total do passivo e patrimônio líquido | 3.747.144 | 3.600.379 | 5.219.980 | 4.889.276 |

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais, exceto dividendos por ação)

| | Atribuível aos acionistas da controladora | | | | | Participação dos não controladores | Total do patrimônio líquido |
|--|---|---------------------------------|--------------------|-------------------|--------------------|------------------------------------|-----------------------------|
| | Capital social | Ajuste de avaliação patrimonial | Reservas de lucros | Lucros acumulados | Retenção de lucros | | |
| Em 1º de janeiro de 2015 | 410.000 | - | 43.626 | 491.545 | - | 945.171 | 944.910 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | 2.912 | - | 2.912 | 2.855 |
| Outros resultados abrangentes do exercício – benefícios pós-emprego (Nota 22) | - | (4.113) | - | - | - | (4.113) | (4.113) |
| | - | (4.113) | - | 2.912 | (1.201) | (57) | (1.258) |
| Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas | | | | | | | |
| Aumento de capital – 30 de abril de 2015 | 50.000 | - | - | (50.000) | - | - | - |
| Dividendos complementares em 30 de abril de 2015 – R\$ 0,26 por ação (Nota 23) | - | - | - | (39.575) | - | (39.575) | (39.575) |
| Destinação do lucro | | | | | | | |
| Reserva legal (Nota 23) | - | - | 145 | - | (145) | - | - |
| Dividendos propostos – R\$ 0,01 por ação (Nota 23) | - | - | - | (692) | (692) | - | (692) |
| Retenção de lucros (Nota 23) | - | - | - | 2.075 | (2.075) | - | - |
| Total das transações com acionistas | 50.000 | - | 145 | (87.500) | (2.912) | (40.267) | (40.267) |
| Em 31 de dezembro de 2015 | 460.000 | (4.113) | 43.771 | 404.045 | - | 903.703 | 903.385 |
| Lucro líquido do exercício | - | (7.220) | - | - | 58.523 | (7.220) | 58.489 |
| Outros resultados abrangentes do exercício – benefícios pós-emprego (Nota 22) | - | (7.220) | - | - | - | (7.220) | (7.220) |
| Ajuste de avaliação patrimonial (Nota 16) | - | 486.830 | - | - | 58.523 | 51.303 | 51.269 |
| Distribuições aos acionistas | - | - | - | - | - | 486.830 | 486.830 |
| Dividendos complementares em 31 de maio de 2016 – R\$ 0,26 por ação (Nota 23) | - | - | - | (39.308) | - | (39.308) | (39.308) |
| Destinação do lucro | | | | | | | |
| Reserva legal (Nota 23) | - | - | 2.926 | - | (2.926) | - | - |
| Retenção de lucros (Nota 23) | - | - | - | 55.597 | (55.597) | - | - |
| Total das transações com acionistas | - | 486.830 | 2.926 | 16.289 | (58.523) | (39.308) | (39.308) |
| Em 31 de dezembro de 2016 | 460.000 | 475.497 | 46.697 | 420.334 | - | 1.402.528 | 1.402.176 |

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Informações gerais**
Arthur Lundgren Tecidos S.A. – Casas Pernambucanas (“Companhia” ou “Controladora”) é uma sociedade anônima com sede em São Paulo e tem como atividades preponderantes a comercialização de artigos de vestuário masculino, feminino, infantil, esportes e artigos para cama, mesa, banho, tapetes, cortinas, e artigos eletroeletrônicos leves, bem como a participação em outras sociedades, prestação de serviços, importação e exportação de produtos, e administração de bens imóveis próprios.
Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía 309 lojas (2015 – 312 lojas).
Para proporcionar vantagens competitivas aos seus clientes e ao próprio negócio, a Companhia mantém operações de financiamento e investimento por meio de sua controlada Pernambucanas Financiadora S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (“PEFISA”). A Companhia opera, ainda, no ramo hoteleiro por meio de investimentos no Hotel Jatiúca S.A., localizado em Maceió, Estado de Alagoas.
A Companhia, em conjunto com as empresas controladas, compartilha as estruturas de custos corporativos, gerenciais e operacionais. Os custos relacionados aos negócios são reconhecidos em cada uma das empresas segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos, os quais ocorrem por meio de critérios de rateio ou individualmente.
A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho Consultivo em 27 de março de 2017.
- Resumo das principais práticas contábeis**
As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.
- Base de preparação**
As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de certos ativos (incluindo imobilizado) e passivos financeiros (determinados empréstimos e derivativos financeiros) são ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.
A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também o exercício do julgamento por parte da administração da Companhia e suas controladas no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.
- (a) Demonstrações financeiras consolidadas**
As demonstrações financeiras consolidadas da Arthur Lundgren Tecidos S.A. – Casas Pernambucanas e suas controladas (“Grupo” ou “Consolidado”) foram preparadas, e estão sendo apresentadas, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.
- (b) Demonstrações financeiras individuais**
As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.
Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais, quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuído aos acionistas da controladora.
- (c) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações - novos CPCs**
Não houve alterações de normas adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2016 com impactos materiais para a Companhia.
- Consolidação**
Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhadas de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante).
Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia. A equalização de políticas contábeis entre as sociedades controladas e controladora estão descritas na Nota 15.
- Conversão de moeda estrangeira**
(a) Moeda funcional e moeda de apresentação
Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas controladas e da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais (“R\$”), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.
(b) Transações e saldos
As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, na qual o item é mensurado. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.
Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, fornecedores estrangeiros e derivativos financeiros são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|-------------|-------------|-------------|
| | 2016 | 2015 | 2016 | 2015 |
| Receita (Nota 24) | 2.751.687 | 3.241.432 | 3.749.885 | 4.457.857 |
| Custo das vendas e dos serviços prestados (Nota 25) | (1.636.585) | (2.036.074) | (1.705.394) | (2.101.555) |
| Lucro bruto | 1.115.102 | 1.205.358 | 2.044.491 | 2.356.302 |
| Despesas com vendas (Nota 25) | (844.218) | (935.882) | (1.185.400) | (1.455.244) |
| Despesas gerais e administrativas (Nota 25) | (335.562) | (353.592) | (706.574) | (690.080) |
| Participação nos lucros de controladas (Nota 15) | 113.486 | 173.822 | - | - |
| Outras receitas (despesas) líquidas (Nota 26) | 173.993 | (284) | 177.711 | (1.610) |
| Lucro operacional | 222.801 | 89.427 | 330.228 | 209.368 |
| Despesas financeiras (Nota 27) | (249.526) | (280.253) | (252.302) | (292.616) |
| Receitas financeiras (Nota 27) | 69.256 | 116.508 | 69.405 | 117.196 |
| Despesas financeiras, líquidas | (180.270) | (163.745) | (182.697) | (175.420) |
| Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social | 42.531 | (74.323) | 147.531 | 33.948 |
| Imposto de renda (Nota 28) | 10.965 | 55.968 | (45.695) | (15.068) |
| Contribuição social (Nota 28) | 5.027 | 21.267 | (43.347) | (16.025) |
| | 15.992 | 77.235 | (89.042) | (31.093) |
| Lucro líquido do exercício | 58.523 | 2.912 | 58.489 | 2.855 |
| Atribuível a: | | | | |
| Acionistas da Companhia | - | - | 58.523 | 2.912 |
| Participação dos não controladores | - | - | (34) | (57) |
| | - | - | 58.489 | 2.855 |
| Lucro líquido básico e diluído por ação – R\$ (Nota 29) | | | 0,3902 | 0,0194 |

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|---------|-------------|---------|
| | 2016 | 2015 | 2016 | 2015 |
| Lucro líquido do exercício | 58.523 | 2.912 | 58.489 | 2.855 |
| Itens que não serão reclassificados no resultado | | | | |
| Remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego (Nota 22) | (7.220) | (4.113) | (7.220) | (4.113) |
| Total do resultado abrangente do exercício | 51.303 | (1.201) | 51.269 | (1.258) |
| Atribuível a: | | | | |
| Acionistas da Companhia | - | - | 51.303 | (1.201) |
| Participação dos não controladores | - | - | (34) | (57) |
| | - | - | 51.269 | (1.258) |

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|-----------|-------------|---------|
| | 2016 | 2015 | 2016 | 2015 |
| Fluxos de caixa das atividades operacionais | | | | |
| Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social | 42.531 | (74.323) | 147.531 | 33.948 |
| Ajustes | | | | |
| Depreciação e amortização | 118.927 | 104.432 | 122.095 | 106.000 |
| Valor residual das baixas do ativo permanente | 6.403 | 6.791 | 7.145 | 6.803 |
| Ganho de capital em investida | (178.388) | - | (178.388) | - |
| Resultado da equivalência patrimonial | (113.486) | (173.822) | - | - |
| Juros e variações monetárias, líquidas | 179.589 | 183.743 | 235.636 | 232.793 |
| Provisão para contingências | 16.427 | 5.915 | 51.292 | 37.447 |
| Provisão | | | | |

ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS

C.N.P.J. 61.099.834/0001-90

PERNAMBUCANAS
 ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. SP

(...continuação)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- 2.8. Ajuste a valor presente**
O valor presente é calculado com base na taxa efetiva de juros das vendas a prazo. A referida taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. As operações de compras e vendas a prazo foram trazidas ao seu valor presente utilizando-se uma taxa equivalente à taxa livre de risco acrescida do risco da indústria. Essa taxa em 31 de dezembro de 2016 correspondia a, em média, 1,10% ao mês (2015 – 1,04% ao mês).
- 2.9. Estoques**
Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de custo médio. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para efetuar a venda.
A provisão para perdas nos estoques é constituída com base em histórico de perdas apuradas no processo de inventário físico dos estoques das lojas e centrais de distribuição e por preços líquidos de venda abaixo do custo, ocasionado por liquidações, trocas de estação ou pequenos defeitos decorrentes de manuseio das mercadorias.
- 2.10. Ativos intangíveis**
As licenças de *software* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos.
Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:
• É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso.
• A administração pretende concluir o *software* e usá-lo.
• Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros.
• Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para utilizar o *software*.
• Os gastos atribuíveis ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.
Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares*. Gastos de desenvolvimento, que não atendam ao critério de custos diretamente atribuíveis no desenvolvimento de *softwares*, são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.
- 2.11. Imobilizado**
O imobilizado, exceto edificações e terrenos, é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. A depreciação ou amortização é calculada pelo método linear, as taxas que levam em conta o tempo de vida útil econômica estimada dos bens descritas na Nota 16. O Grupo adota como procedimento revisar o imobilizado para verificação de possíveis perdas, conforme descrito na Nota 2.13. O Grupo efetua, periodicamente, revisões do prazo de vida útil econômica dos seus bens do ativo imobilizado.
Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. As benfeitorias em imóveis de terceiros, compreendidas, substancialmente, por reformas e adaptações dos imóveis alugados para atender às operações da Companhia que, em sua grande maioria, serão revertidas aos proprietários dos imóveis ao final do contrato de locação, são amortizadas de acordo com o prazo de vigência dos contratos de locação. Nos casos em que há expectativas de que ocorrerá a renovação do contrato de locação por mais de um período por parte do proprietário do imóvel e que os custos com a renovação não sejam significativos em relação ao todo, a administração da Companhia considera o prazo de amortização pelo período total do contrato incluindo suas renovações. Conforme descrito na Nota 16, a Companhia e suas controladas reavaliaram seus imóveis (terrenos e edificações) ao seu valor justo.
- 2.12. Propriedade para Investimento**
As propriedades para investimento, principalmente lojas e centro de distribuição, são mantidas para rendimentos de aluguel e não são ocupadas pelo Grupo. A partir da criação de uma nova unidade de negócio (imóveis) em 2016 (Nota 16 (b)), elas passaram a ser reconhecidas pelo valor justo. Mudanças no valor justo são apresentadas na demonstração do resultado como "Outros ganhos (perdas), líquidos".
A Companhia contrata avaliadores externos, independentes e qualificados para determinar o valor justo das propriedades para investimento ao final de cada exercício.
- 2.13. Deterioração de ativos não financeiros - impairment**
Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por recuperação de ativo financeiro é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação da recuperação, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)).
- 2.14. Fornecedores**
As contas a pagar aos fornecedores são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.
- 2.15. Empréstimos e financiamentos**
A administração da Companhia apresenta, no reconhecimento inicial, financiamentos ao valor justo por meio do resultado para os casos em que haja financiamentos associados com operações de instrumentos financeiros derivativos.
Os demais empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.
As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra.
Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.
- 2.16. Provisões**
Uma provisão é reconhecida no balanço, quando há uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados, é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação e o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes pela administração para cobrir perdas prováveis, sendo atualizadas até as datas dos balanços, observada a natureza de cada contingência e apoiada na opinião dos advogados do Grupo.
- 2.17. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos**
O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de imposto (leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo, decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social sobre o lucro e diferenças temporárias, foram constituídos considerando a expectativa de provável geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico aprovado pela administração.
O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.
- 2.18. Benefícios a funcionários**
(a) Obrigações pós-emprego
A Companhia oferece a seus empregados e ex-empregados benefício de assistência médica que se qualifica como obrigações pós-emprego. Os custos esperados desse benefício são acumulados durante o período do emprego, usando a mesma metodologia contábil que é usada para os planos de pensão de benefício definido. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.
(b) Participação nos lucros e bônus
A Companhia reconhece um passivo e uma despesa, cujas premissas principais para o reconhecimento e o pagamento estão relacionadas ao atingimento de metas de vendas, lucro bruto, lucro líquido e índice de endividamento.
- 2.19. Reconhecimento de receita**
A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo.
O Grupo reconhece a receita, quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para o Grupo e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir:
(a) Venda de produtos - varejo
A Companhia opera com pontos de varejo para a comercialização de suas mercadorias. A receita de vendas de mercadoria e o correspondente custo das mercadorias vendidas são reconhecidos no resultado do exercício quando da efetiva entrega da mercadoria ao cliente. As vendas no varejo são, geralmente, realizadas em dinheiro, por meio de cartão de crédito ou débito e financiamento.
(b) Vendas de serviços
A Companhia vende serviços de produtos financeiros e recebe pela intermediação da venda de seguros, garantia estendida e outros, os quais são reconhecidos no resultado da Companhia no mesmo momento em que ocorre a prestação do serviço.
(c) Vendas de serviços financeiros
O Grupo realiza operações de crediário próprio, empréstimos pessoais e financiamento de vendas por instituições financeiras, dos quais o Grupo é intermediador. O resultado das operações é apropriado ao resultado considerando a taxa efetiva de juros, ao longo da vigência dos contratos.
(d) Receita financeira
A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento.
- 2.20. Arrendamentos**
Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

A Companhia arrenda equipamentos de informática e veículos. Os arrendamentos do imobilizado, nos quais a Companhia detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.
Cada parcela paga do arrendamento é alocada parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas em outros passivos a longo prazo. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período de arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo.

2.21. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício. Com base no Estatuto Social da Companhia, aos titulares de ações de qualquer espécie será atribuído, em cada exercício, um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos da lei societária.

2.22. Reservas de retenção de lucros

A reserva legal é calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, conforme determinação da Lei nº 6.404/76, e não poderá exceder a 20% do capital social.
O lucro líquido, não distribuído como dividendos mínimos obrigatórios e não constituído como reserva legal, de acordo com o Estatuto Social da Companhia, em Assembleia Geral o Conselho Consultivo deliberará sobre a aplicação do excesso, para distribuição de dividendos complementares, integralização ou aumento do capital social, e/ou constituição de reserva de retenção de lucros.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.
Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) Provisão para impairment de devedores por vendas

As contas a receber de clientes do Grupo são controladas por faixa de vencimento e pelo número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) dos respectivos clientes, sendo efetuado um acompanhamento da evolução da carteira de recebíveis, entre a data de venda ao cliente (constituição de devedores por vendas, serviços e financiamentos) e a perda efetiva pelo seu não pagamento. Com base nessa análise, é verificado o histórico de perdas por faixa de vencimento, aplicando-se esse percentual de perda sobre os títulos em aberto. Na Nota 8 está apresentada as informações relevantes sobre os recebíveis do Grupo, incluindo títulos vendidos e a movimentação da provisão para *impairment*.

(b) Provisão para perdas de inventário e desvalorização dos estoques

A provisão para perdas dos estoques é estimada, com base no histórico de perdas na execução do inventário físico de lojas e centrais de distribuição, sendo considerada suficiente pela administração para cobrir as prováveis perdas quando da realização dos procedimentos de inventário físico.
A desvalorização dos saldos dos estoques é ocasionada, basicamente, por itens vendidos abaixo do preço de aquisição, em grande parte pelas liquidações decorrentes de troca de coleção e por pequenos defeitos ocasionados no manuseio das mercadorias. A Companhia estima o valor da provisão para desvalorização dos estoques com base nos preços de venda a serem praticados, líquidos dos impostos e das despesas com vendas, comparados com o custo registrado.

(c) Reconhecimento do imposto de renda diferido ativo

A cada encerramento de exercício social, a Companhia revisa o seu saldo de imposto de renda diferido ativo relativo a créditos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social sobre o lucro, tendo como referência as suas mais recentes estimativas quanto aos lucros tributáveis futuros prováveis de ocorrência e considerando igualmente as diferenças temporárias tributáveis existentes. As estimativas de lucros tributáveis futuros são realizadas com base nas projeções de negócio efetuadas pela administração, cujo horizonte temporal é de aproximadamente dez anos. As premissas e julgamentos utilizados pela administração para projetar os lucros tributáveis futuros podem sofrer alterações relevantes nos exercícios futuros em decorrência de eventos que estejam fora do controle da administração.

(d) Provisão para contingências tributárias, cíveis, trabalhistas e previdenciárias

Como descrito na Nota 20 as demonstrações financeiras, a Companhia e suas controladas são partes de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. Considerando que cálculos desta natureza envolvem definição de metodologias e utilização de premissas, ou ainda, possibilidade de acordo entre as partes, o valor real pode apresentar variações em relação à estimativa. A administração acredita que essas provisões para contingências tributárias, cíveis, trabalhistas e previdenciárias estão adequadamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

(e) Benefício pós-emprego

Por força de lei, a Companhia oferece aos seus empregados e ex-empregados benefício de assistência médica que se qualifica como obrigações pós-emprego. Para estes casos, a administração contratou profissionais especializados e independentes para efetuar os cálculos com obrigações pós-emprego. Esses cálculos levam em consideração diversas premissas que produzem impactos no resultado das obrigações. O valor das obrigações pode se alterar a depender das premissas utilizadas (Nota 22).

(f) Valor justo de instrumentos financeiros e propriedade para investimento

O valor justo de instrumentos financeiros, incluindo derivativos, é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. O Grupo utilizou a análise do fluxo de caixa descontado para cálculo de valor justo de diversos ativos financeiros disponíveis para venda, ativos estes não negociados em mercados ativos.
Os principais dados utilizados pelo Grupo na avaliação do valor justo, classificado como nível 3, tais como taxas de desconto, rendimentos terminais, taxas de vacância esperadas e taxas de crescimento de aluguel são estimadas pelos avaliadores independentes com base em transações comparáveis e dados do setor.

4. Gestão de risco financeiro**4.1. Fatores de risco financeiro**

As atividades da Companhia expõem a riscos financeiros tais como: risco de mercado (incluindo risco de moeda e risco de taxa de juros de valor justo ou risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco que define os níveis de exposição a serem utilizados. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revisados, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do *hedge* das contrapartes. A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pela Diretoria Executiva e conta com um Comitê de Gerenciamento de Risco. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos, quando necessário, para suportar a estratégia corporativa ou para manter o nível de flexibilidade financeira.
O Comitê de Gerenciamento de Risco auxilia a Diretoria Executiva a examinar e revisar informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco.

A Companhia administra alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos sujeito às condições da política de gerenciamento de riscos, que proíbem negociações especulativas e venda a descoberto.

(a) Risco de mercado**(i) Risco cambial**

A Companhia está exposta ao risco cambial, basicamente com relação ao dólar norte-americano e ao Euro. O risco cambial decorre de operações financeiras e comerciais futuras e ativos e passivos reconhecidos.
O resultado da Companhia é impactado pela variação cambial relativa aos empréstimos de capital de giro originados em moeda estrangeira atrelados, substancialmente, ao dólar norte-americano. Essa exposição é protegida por operações de swaps.
Conforme descrito na Nota 12, a Companhia possui operações de *swap* com o objetivo de troca de indexadores para todos os contratos de empréstimos denominados em moeda estrangeira.
A contratação dessas operações é efetuada nos mesmos prazos de vencimento dos contratos de empréstimos de capital de giro. A Companhia calcula a efetividade destes contratos de *swaps* no início de cada operação, todavia, não se utiliza da contabilização de *hedge accounting*.

(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia tem pactuado contratos de derivativos para fazer *hedge* contra esse risco em algumas operações e, além disso, monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.
Considerando que suas atividades de negócio estão relacionadas com comercialização de produtos e concessão de crédito os quais são, substancialmente, relacionados com taxa de juros livre de risco (CDI) e risco de crédito das contrapartes (consumidores), a Companhia busca proteger-se do risco associado com taxas de juros contratando operações financeiras com riscos similares.

(b) Risco de crédito

As políticas de vendas da Companhia e de suas controladas estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado, por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e a diversificação das vendas (pulverização do risco). O Grupo restringe sua exposição aos riscos de crédito associados a bancos e aplicações financeiras efetuando seus investimentos em instituições de primeira linha.

(c) Risco de liquidez

A política de gerenciamento de risco de liquidez implica em manter um nível seguro de disponibilidade de caixa e acesso a recursos imediatos. Entende-se por riscos de liquidez, a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis, entre pagamentos e recebimentos, que possam afetar a capacidade de pagamento do Grupo, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Para isso, são mantidos relatórios de Gerenciamento dos Riscos de descasamentos por indexador e data, possibilitando a análise dos riscos de cada empresa individualmente e dos riscos da Companhia em termos consolidados. Especificamente quanto à preservação da liquidez financeira, será mantida uma relação mínima de 1,0 (uma) vez o somatório das necessidades de caixa nos próximos 90 dias em recursos livres (de liquidez imediata).
A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia e do Consolidado, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

| | Controladora | | |
|----------------------------------|------------------|-------------------------|--------------------|
| | Menos de um ano | Entre dois e cinco anos | Total |
| Em 31 de dezembro de 2016 | | | |
| Fornecedores | 450.017 | - | 450.017 |
| Partes relacionadas | 34.943 | 23.306 | 58.249 |
| Empréstimos e financiamentos | 764.813 | 307.658 | 1.072.471 |
| Operações com derivativos | 43.296 | - | 43.296 |
| Demais contas a pagar (*) | 114.150 | 33.433 | 147.583 |
| | <u>1.407.219</u> | <u>364.397</u> | <u>1.771.616</u> |
| Em 31 de dezembro de 2015 | | | |
| Fornecedores | 603.904 | - | 603.904 |
| Partes relacionadas | 37.694 | 3.143 | 40.837 |
| Empréstimos e financiamentos | 1.172.456 | 505.234 | 1.677.690 |
| Demais contas a pagar (*) | 80.677 | 32.094 | 112.771 |
| | <u>1.894.731</u> | <u>540.471</u> | <u>2.435.202</u> |
| | | | Consolidado |
| | Menos de um ano | Entre dois e cinco anos | Total |
| Em 31 de dezembro de 2016 | | | |
| Fornecedores | 1.073.695 | - | 1.073.695 |
| Empréstimos e financiamentos | 1.133.556 | 314.215 | 1.447.771 |
| Operações com derivativos | 43.296 | - | 43.296 |
| Demais contas a pagar (*) | 135.990 | 33.786 | 169.776 |
| | <u>2.386.537</u> | <u>348.001</u> | <u>2.734.538</u> |
| Em 31 de dezembro de 2015 | | | |
| Fornecedores | 1.139.855 | - | 1.139.855 |
| Cessão de crédito | 10.912 | - | 10.912 |
| Empréstimos e financiamentos | 1.327.752 | 698.166 | 2.025.918 |
| Demais contas a pagar (*) | 97.936 | 32.413 | 130.349 |
| | <u>2.576.455</u> | <u>730.579</u> | <u>3.307.034</u> |

(*) Não inclui receita diferida relativa a acordos comerciais com terceiros no valor total de R\$ 101.149 (2015 – R\$ 21.457) mantidos na Controladora.

4.2. Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para minimizar os custos a ele associada. O Grupo tem utilizado capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades. Os índices de alavancagem financeira, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, podem ser assim sumarizados:

| | Consolidado | |
|---|------------------|------------------|
| | 2016 | 2015 |
| Total dos empréstimos (Nota 19) | 1.447.771 | 2.025.918 |
| Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 7) | (534.347) | (599.008) |
| Dívida líquida (A) | 913.424 | 1.426.910 |
| Total do patrimônio líquido | 1.402.176 | 903.385 |
| Total do capital (B) | <u>2.315.600</u> | <u>2.330.295</u> |
| Índice de alavancagem financeira - % (A / B) | 39 | 61 |

4.3. Estimativa do valor justo

O valor justo dos instrumentos financeiros, especificamente derivativos de balcão, são todos mensurados mediante o uso de técnicas de avaliação que incluem a utilização de preços de mercado cotados, ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares (nível 2). Essas técnicas de avaliação minimizam a margem de defasagem de preços entre os ativos, porém não representam de fato o preço real na data-base destes ativos. O valor justo das propriedades para investimentos considera na sua mensuração a utilização de taxas de descontos, rendimentos terminais, taxas de vacância e crescimento de aluguel (nível 3). Esses cálculos são efetuados por avaliadores independentes contratados pela Companhia.

5. Instrumentos financeiros por categoria

Os ativos financeiros da Controladora relacionados com aplicações financeiras que se qualificam como caixa e equivalentes de caixa, no total de R\$ 138.154 (2015 – R\$ 256.622) na controladora e de R\$ 462.582 (2015 – R\$ 516.698) no Consolidado, são classificados na categoria de valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros relacionados com disponibilidades financeiras de caixa, devedores por vendas, serviços e financiamentos, depósitos judiciais e demais contas a receber, totalizando R\$ 318.324 (2015 – R\$ 490.577) na Controladora e R\$ 2.253.020 (2015 – R\$ 2.271.351) no Consolidado, são classificados na categoria de empréstimos e recebíveis.

Os passivos financeiros como fornecedores, empréstimos e financiamentos e demais contas a pagar, no valor total de R\$ 1.246.294 (2015 – R\$ 1.344.000) na Controladora e R\$ 2.251.064 (2015 – R\$ 2.217.243) no Consolidado, são classificados como outros passivos financeiros.

Os empréstimos em moeda estrangeira (Nota 19) e as operações com derivativos (Nota 12), no valor total de R\$ 524.927 (2015 – R\$ 1.071.822) na Controladora e R\$ 541.327 (2015 – R\$ 1.100.336) no consolidado, são classificados como passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado.

6. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros de crediário próprio (Nota 8) pode ser avaliada, mediante um modelo estatístico comportamental que calcula a probabilidade de um cliente adimplente vir a inadimplir. O resultado deste cálculo possui quatro tipos de classificação:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---------------------------------------|--------------|---------------|------------------|------------------|
| | 2016 | 2015 | 2016 | 2015 |
| Contas a receber de clientes | | | | |
| Tipo 1 | 60 | 7.839 | 399.740 | 585.737 |
| Tipo 2 | 111 | 12.878 | 731.670 | 962.282 |
| Tipo 3 | 103 | 8.136 | 682.478 | 607.900 |
| Tipo 4 | 73 | 1.414 | 484.791 | 105.614 |
| Total de contas a receber de clientes | <u>347</u> | <u>30.267</u> | <u>2.298.679</u> | <u>2.261.533</u> |

Os tipos de clientes do contas a receber acima podem ser assim classificados:

- Tipo 1 - grupo de clientes com probabilidade menor que 5% de atrasar mais que 60 dias (baixíssimo risco).
- Tipo 2 - grupo de clientes com probabilidade de 5% a 34% de atrasar mais que 60 dias (baixo risco).
- Tipo 3 - grupo de clientes com probabilidade de 35% a 69% de atrasar mais que 60 dias (médio risco).
- Tipo 4 - grupo de clientes com probabilidade maior que 70% de atrasar mais que 60 dias (altíssimo risco).

As disponibilidades, aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos do Grupo são transacionados com instituições financeiras com os seguintes ratings:

| | Consolidado | |
|--|----------------|--------------------|
| | 2016 | 2015 |
| Disponibilidades e aplicações financeiras | | |
| M: Aaa.br | 395.269 | 501.622 |
| M: Aa1.br | 84 | 15 |
| F: A+ .br | 1.502 | - |
| S: AA- .br | 500 | - |
| S: brAAA | 128.733 | 86.577 |
| Em caixa nos estabelecimentos comerciais | 8.259 | 10.614 |
| | <u>534.347</u> | <u>599.008</u> |
| | | Consolidado |
| | 2016 | 2015 |

Empréstimos e financiamentos e cessão de crédito

| | | |
|---|------------------|------------------|
| M: Aaa.br | 1.317.899 | 1.809.375 |
| F: A+ .br | 20.116 | - |
| S: AA- .br | 44.931 | - |
| S: brAAA | 45.064 | 198.408 |
| Outros (substancialmente <i>leasing</i>) | 19.761 | 29.047 |
| | <u>1.447.771</u> | <u>2.036.830</u> |

As iniciais acima descritas referem-se às agências de risco: M:Modys; F:Fitch e S:Standard & Poor's.

Caixa e equivalentes de caixa

| | Controladora | | Consolidado | |
|----------------|--------------|--------|-------------|------|
| | 2016 | 2015 | 2016 | 2015 |
| Caixa e bancos | 10.608 | 14.416 | 50. | |

ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS

C.N.P.J. 61.099.834/0001-90



(...continuação)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os devedores por vendas, serviços e financiamentos de clientes incluem, basicamente, o crediário próprio e os valores a receber de administradoras de cartões de crédito e estão demonstradas, conforme segue:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|----------------|----------------|------------------|------------------|
| | 2016 | 2015 | 2016 | 2015 |
| Crediário próprio | | | | |
| A vencer | | | | |
| Até 30 dias | 49 | 4.536 | 1.121.364 | 988.252 |
| De 31 a 60 dias | 3 | 2.217 | 170.358 | 135.259 |
| De 61 a 90 dias | 2 | 1.086 | 129.291 | 102.096 |
| De 91 a 120 dias | 1 | 398 | 104.608 | 82.653 |
| De 121 a 150 dias | - | 217 | 83.663 | 67.101 |
| De 151 a 180 dias | - | 114 | 61.326 | 48.570 |
| De 181 a 210 dias | - | 42 | 43.385 | 34.571 |
| De 211 a 240 dias | - | 15 | 31.545 | 25.950 |
| De 241 a 270 dias | - | 3 | 22.883 | 19.495 |
| De 271 a 300 dias | - | 2 | 13.959 | 12.934 |
| De 301 a 330 dias | - | - | 9.751 | 9.634 |
| De 331 a 360 dias | - | - | 6.783 | 7.325 |
| Acima de 361 dias | - | - | 6.252 | 13.694 |
| | <u>55</u> | <u>8.630</u> | <u>1.805.168</u> | <u>1.547.534</u> |
| Vencidas | | | | |
| De 01 a 30 dias | 17 | 1.565 | 114.473 | 147.158 |
| De 31 a 60 dias | 16 | 1.110 | 48.511 | 66.427 |
| De 61 a 90 dias | 22 | 1.853 | 46.684 | 27.936 |
| De 91 a 120 dias | 24 | 2.028 | 43.294 | 54.709 |
| De 121 a 150 dias | 31 | 2.220 | 40.553 | 54.661 |
| De 151 a 180 dias | 39 | 2.328 | 32.713 | 57.727 |
| De 181 a 210 dias | 29 | 2.331 | 30.061 | 78.802 |
| De 211 a 240 dias | 24 | 2.339 | 25.020 | 54.560 |
| De 241 a 270 dias | 25 | 2.121 | 27.350 | 64.139 |
| De 271 a 300 dias | 39 | 1.782 | 26.827 | 37.873 |
| De 301 a 330 dias | 15 | 1.316 | 28.473 | 40.071 |
| De 331 a 360 dias | 11 | 644 | 29.552 | 29.936 |
| | <u>292</u> | <u>21.637</u> | <u>493.511</u> | <u>713.999</u> |
| Crediário próprio | <u>347</u> | <u>30.267</u> | <u>2.298.679</u> | <u>2.261.533</u> |
| Cartões de crédito - terceiros | <u>200.568</u> | <u>334.772</u> | <u>202.259</u> | <u>336.421</u> |
| | <u>200.915</u> | <u>365.039</u> | <u>2.500.938</u> | <u>2.597.954</u> |
| Provisão para impairment de devedores por venda | - | (9.143) | (445.929) | (547.477) |
| Ajuste a valor presente (*) | (3.004) | (12.317) | (3.004) | (12.317) |
| Contas a receber de clientes, líquido | <u>197.911</u> | <u>343.579</u> | <u>2.052.005</u> | <u>2.038.160</u> |

(*) O ajuste a valor presente calculado pela Companhia considera o valor do dinheiro no tempo (entre a data das vendas, realizadas por meio de cartões de créditos ou crediário próprio, e a data do efetivo recebimento dos clientes).

Em 31 de dezembro de 2016, contas a receber de clientes vencidos na controladora, no total de R\$ 292 (2015 – R\$ 21.637), e no Consolidado, no total de R\$ 493.511 (2015 – R\$ 713.999), apresentam um indicativo de risco de perda por recuperação do ativo.

Entretanto, historicamente observa-se que parte relevante do saldo vencido refere-se a clientes que passam por situação financeira difícil durante o exercício e que buscam regularizar suas dívidas, utilizando os recursos de caixa advindos do 13º salário e férias ao final de cada ano. O Grupo tem por prática o reconhecimento da provisão para créditos de realização duvidosa, com base no critério de perda incorrida, onde provisões são constituídas a partir da existência de um indicio de dificuldade na realização do crédito com seu cliente.

O saldo da provisão para impairment de devedores de vendas da Controladora, em 31 de dezembro de 2015, no montante de R\$ 9.143, foi calculado considerando as perdas incorridas dos últimos cinco anos, menos as recuperações obtidas para esse período, as quais são efetuadas por empresas terceirizadas de cobrança que atuam constantemente na recuperação desses créditos vencidos.

O saldo da provisão para impairment de devedores de vendas de suas controladas PEFISA e Hotel Jatiúca em 31 de dezembro de 2016, no montante de R\$ 445.929 (2015 – R\$ 538.334), foi calculado utilizando o mesmo critério de provisionamento adotado por sua controladora e, portanto, não houve necessidade de provisão complementar em relação ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução nº 2.682 do Banco Central do Brasil para a controlada PEFISA.

As movimentações na provisão para créditos de realização duvidosa de contas a receber de clientes do Grupo são as seguintes:

| | Controladora | | Consolidado | |
|-----------------------|--------------|--------------|----------------|----------------|
| | 2016 | 2015 | 2016 | 2015 |
| Em 1º de janeiro | 9.143 | 31.090 | 547.477 | 367.858 |
| Adições | - | 29.349 | 946.133 | 1.066.695 |
| Por recebimento | (9.143) | (13.746) | (311.066) | (273.021) |
| Reversão de provisões | - | (37.550) | (736.615) | (614.055) |
| Em 31 de dezembro | <u>-</u> | <u>9.143</u> | <u>445.929</u> | <u>547.477</u> |

A constituição e a baixa da provisão para contas a receber, por recuperação do ativo, foram registradas no resultado consolidado do exercício na rubrica "Despesas com vendas".

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de devedores por vendas, mencionada acima.

9. Estoques

| | Controladora | | Consolidado | |
|---------------------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 2016 | 2015 | 2016 | 2015 |
| Mercadorias para revenda | 233.882 | 485.624 | 234.360 | 486.003 |
| Provisão para perdas nos estoques (*) | (9.342) | (10.027) | (9.342) | (10.027) |
| Almoxarifado | 3.484 | 3.413 | 3.779 | 3.584 |
| Ajuste a valor presente | (6.943) | (10.084) | (6.943) | (10.084) |
| | <u>221.081</u> | <u>468.926</u> | <u>221.854</u> | <u>469.476</u> |

(*) O valor da provisão para perdas dos estoques refere-se às prováveis perdas de inventário e provisão para desvalorização dos estoques, ambas constituídas, conforme os critérios descritos na Nota 3 (b).

10. Partes relacionadas

O financiamento de vendas aos clientes da Companhia é efetuado pela PEFISA. A elaboração de cadastros, a análise de crédito e a cobrança desses financiamentos são realizadas pelo departamento de Crédito e Cobrança da Companhia. Por consequência, parte dos custos deste departamento é ressarcida pela PEFISA à controladora.

As transações de mútuos entre partes relacionadas são remuneradas, substancialmente, com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor (IPC - FIPF), e correspondeu em uma média de 0,53% ao mês (2015 – 0,88% ao mês).

Os saldos e as transações com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 estão apresentados, conforme segue:

| | Arthur | | Lundserv | | 2016 | | 2015 | |
|--|---|--------------------|----------------------------------|---|---------------------------------|---------------------------------|----------------|--------|
| | Pernambucanas Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento | Hotel Jatiúca S.A. | Muricy Sociedade Comercial Ltda. | Investimentos, Incorporação e Administração Ltda. | Crédito e Serviços Gerais Ltda. | Administradora e Serviços Ltda. | Total | Total |
| Ativo circulante | | | | | | | | |
| Créditos cedidos – repasse de recursos (i) | 562.148 | - | - | - | - | 562.148 | 494.475 | |
| Outras contas a receber | - | - | - | - | - | - | 65 | |
| | | | | | | <u>562.148</u> | <u>494.540</u> | |
| Ativo não circulante | | | | | | | | |
| Empréstimos de mútuo | - | - | - | - | 7 | 1.666 | 1.673 | 15.800 |
| Passivo circulante | | | | | | | | |
| Repasse de recursos (i) | (34.943) | - | - | - | - | (34.943) | (37.694) | |
| Passivo não circulante | | | | | | | | |
| Empréstimos de mútuo | - | (19.864) | (3.349) | (93) | - | (23.306) | (3.143) | |
| Demonstração do resultado | | | | | | | | |
| Receitas (despesas) financeiras | - | - | (206) | - | - | 102 | (104) | (157) |

(i) Operações comerciais de compras realizadas por consumidores nas lojas da Companhia, cujo financiamento é concedido pela financeira do Grupo (PEFISA), através da cessão dos créditos – repasses. Nesta operação, não há incidência de juros entre a Companhia e sua controlada, não se trata de operação de mútuo.

A Companhia tem contratos de locação de lojas firmados com partes relacionadas por um período de até dez anos, os quais são calculados com base em percentual de vendas das lojas arrendadas. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a despesa de aluguel com partes relacionadas totalizou R\$ 6.954 (2015 – R\$ 7.202).

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, a remuneração total dos administradores da Companhia, composta pela Diretoria e membros do Conselho Consultivo, no Consolidado, totalizou R\$ 23.670 (2015 – R\$ 28.438).

11. Impostos a recuperar

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 2016 | 2015 | 2016 | 2015 |
| Imposto de renda e contribuição social a compensar | - | - | 290 | 404 |
| Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre ouro a recuperar | 2.692 | 2.868 | 2.692 | 2.868 |
| FINSOCIAL a recuperar | 7.573 | 3.479 | 7.984 | 3.499 |
| Imposto de renda retido na fonte | 26.939 | 12.743 | 26.944 | 12.744 |
| ICMS a recuperar sobre ativo fixo | 3.481 | 2.183 | 3.481 | 2.183 |
| ICMS a recuperar | 3.180 | 28 | 3.180 | 28 |
| ICMS transferência interestadual (i) | 8.534 | 28.835 | 8.534 | 28.835 |
| ICMS retido substituição tributária (ii) | 6.908 | 25.163 | 6.908 | 25.163 |
| Outros impostos a recuperar | 655 | 685 | 1.897 | 685 |
| | <u>59.962</u> | <u>75.984</u> | <u>61.910</u> | <u>76.409</u> |
| Parcela classificada no circulante | (51.770) | (68.954) | (52.476) | (69.358) |
| Ativo não circulante | <u>8.192</u> | <u>7.030</u> | <u>9.434</u> | <u>7.051</u> |

Os créditos de ICMS acumulados durante o exercício de 2016 e 2015 são decorrentes da sistemática do regime de substituição tributária e que têm parte de sua compensação com débitos de ICMS gerados por vendas de mercadorias que não estão enquadradas no regime supracitado, iniciada a partir do mês de dezembro de 2009.

(i) O saldo de ICMS a recuperar na controladora, no montante de R\$ 8.534 (2015 – R\$ 28.835), refere-se ao crédito de ICMS próprio que posteriormente poderá ser transferido para outros Estados da Federação, ou apropriados no ICMS sobre vendas no estado de São Paulo.

(ii) O ICMS substituição tributária a recuperar na controladora, no montante de R\$ 6.908 (2015 – R\$ 25.163), corresponde, principalmente, ao crédito de ICMS retido antecipadamente pelo Estado de São Paulo por ocasião das compras de mercadorias e que posteriormente poderão ser transferidas para outros Estados da Federação, ou apropriados no ICMS sobre vendas no estado de São Paulo.

12. Operações com derivativos controladora e consolidado

Em 31 de dezembro, o portfólio de derivativos pode ser resumido, conforme demonstrado a seguir:

| Tipo | Valor de referência | | Valor justo | |
|---|---------------------|-----------|-------------|-----------|
| | 2016 | 2015 | 2016 | 2015 |
| Contratos de swap | | | | |
| Posição ativa | | | | |
| Taxas de juros – (i) variação cambial | 537.098 | 1.075.671 | 541.326 | 1.100.336 |
| Posição passiva | | | | |
| Taxas de juros – (i) + 130,96% média do CDI | 571.916 | 831.357 | 579.781 | 844.929 |
| Valor justo líquido | | | (38.455) | 255.407 |
| No ativo circulante | | | (4.841) | (198.985) |
| No passivo circulante | | | 43.296 | - |
| No ativo não circulante (ii) | | | - | 56.422 |

(i) Em 31 de dezembro de 2016, as taxas de juros fixas variaram entre 2,53% e 7,40% a.a., acrescidas de variação cambial (2015 – entre 2,40% e 5,77% a.a., acrescidas de variação cambial).

(ii) Apresentado no ativo realizável a longo prazo, os ganhos auferidos em operações com instrumentos financeiros derivativos cuja realização acontecerá no momento em que os empréstimos de longo prazo serão liquidados (após 2017).

13. Demais contas a receber

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------|---------------|---------------|----------------|
| | 2016 | 2015 | 2016 | 2015 |
| Adiantamento a empregados | 4.059 | 3.480 | 4.059 | 3.480 |
| Adiantamento a fornecedores | 3.691 | 17.485 | 3.692 | 17.485 |
| Bonificação e propaganda cooperada a receber de fornecedores (*) | 13.216 | 22.022 | 13.216 | 22.022 |
| Devedores por serviços - produtos financeiros | 9.499 | 11.832 | 9.499 | 11.832 |
| Prêmio de seguro a apropriar | 2.543 | 2.227 | 2.543 | 2.227 |
| Outras contas a receber | 5.869 | 4.975 | 45.549 | 43.061 |
| | <u>38.877</u> | <u>62.021</u> | <u>78.558</u> | <u>100.107</u> |
| Parcela classificada no circulante | (36.055) | (59.585) | (69.420) | (91.584) |
| Ativo não circulante | <u>2.822</u> | <u>2.436</u> | <u>9.138</u> | <u>8.523</u> |

(*) Está sendo apresentado nesta rubrica os valores a receber de fornecedores, referentes à veiculação de propaganda, onde exista acordos de parceria e, também, as bonificações por acordos comerciais firmados entre as partes.

14. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias apuradas entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e seus correspondentes valores contábeis das demonstrações financeiras.

As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social, exceto para PEFISA, onde a contribuição social é de 20%.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação dos prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

(a) Composição dos tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos, líquido dos tributos diferidos passivos, têm a seguinte composição:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 2016 | 2015 | 2016 | 2015 |
| Prejuízo fiscal | 93.247 | 93.582 | 93.247 | 93.582 |
| Base negativa de contribuição social sobre o lucro | 39.315 | 39.317 | 39.315 | 39.317 |
| Diferenças temporárias de práticas contábeis | | | | |
| Arrendamento mercantil | - | (655) | - | (655) |
| Ajuste a valor presente | 816 | 4.597 | 816 | 4.597 |
| Provisões não dedutíveis temporariamente | | | | |
| Bônus a empregados | 8.581 | - | 17.214 | - |
| Benefício pós-emprego | 1.520 | 8.571 | 1.520 | 8.571 |
| Contingências | 42.402 | 39.197 | 196.731 | 179.595 |
| Perda de depósitos judiciais | 600 | 604 | 600 | 604 |
| Impairment de devedores por vendas | - | 196 | 115.882 | 119.175 |
| Perdas de estoque | 3.176 | 3.409 | 3.176 | 3.409 |
| Propaganda | 195 | 255 | 195 | 255 |
| Provisões de tributos a recolher | 22.158 | 10.352 | 22.158 | 10.352 |
| Outras | 9.470 | 5.320 | 11.323 | 5.320 |
| | <u>221.480</u> | <u>204.745</u> | <u>502.177</u> | <u>464.122</u> |

(b) Período estimado de realização

Com base na projeção futura de geração de lucros tributáveis, a recuperação desses créditos tributários é estimada para ocorrer nos seguintes exercícios:

| | Controladora | | Consolidado | |
|-------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 2016 | 2015 | 2016 | 2015 |
| 2016 | - | - | - | 118.978 |
| 2017 | 30.397 | - | 156.766 | 28.080 |
| 2018 | 17.065 | 10.072 | 47.930 | 38.152 |
| 2019 | 21.144 | 15.376 | 52.010 | 43.456 |
| 2020 | 21.145 | 18.244 | 52.010 | 46.323 |
| 2021 | 32.223 | 17.484 | 63.089 | 45.564 |
| 2022 a 2027 | 99.506 | 143.569 | 130.372 | 143.569 |
| | <u>221.480</u> | <u>204.745</u> | <u>502.177</u> | <u>464.122</u> |

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

As controladas Hotel Jatiúca S.A. e Jatiúca Administradora e Serviços Ltda. têm um saldo total de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social no montante de R\$ 57.64

ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS

C.N.P.J. 61.099.834/0001-90



(...continuação)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| 16. Imobilizado | | | | | | | | | | | |
|---------------------------------------|------------------|-----------|-------------------------|---------------------------------------|---------------------|-------------|----------|------------------------------------|-----------|--------------------------|-------------------|
| | (a) Controladora | | | | | | | | | | |
| | Terrenos | Imóveis | Avaliação a valor justo | Benefeitorias em imóveis de terceiros | Móveis e utensílios | Instalações | Veículos | Equipamento processamento de dados | Aeronaves | Imobilizado em andamento | Imobilizado total |
| Saldos em 1º de janeiro de 2015 | 39.023 | 151.226 | - | 122.378 | 83.946 | 160.556 | 1.842 | 38.076 | 5.928 | 22.715 | 625.690 |
| Custo total | 39.023 | 164.548 | - | 288.025 | 151.528 | 289.006 | 6.718 | 111.990 | 11.595 | 22.715 | 1.085.148 |
| Depreciação acumulada | - | (13.322) | - | (165.647) | (67.582) | (128.450) | (4.876) | (73.914) | (5.667) | - | (459.458) |
| Valor residual | 39.023 | 151.226 | - | 122.378 | 83.946 | 160.556 | 1.842 | 38.076 | 5.928 | 22.715 | 625.690 |
| Saldos em 1º de janeiro de 2015 | 39.023 | 151.226 | - | 122.378 | 83.946 | 160.556 | 1.842 | 38.076 | 5.928 | 22.715 | 625.690 |
| Aquisição | - | 20.899 | - | - | 16.541 | - | 4.826 | 11.467 | - | 47.567 | 101.300 |
| Alienação | - | (170) | - | (526) | (3.552) | (2.131) | (385) | (21) | (6) | - | (6.791) |
| Depreciação | - | (4.269) | - | (22.236) | (13.363) | (24.970) | (1.067) | (14.361) | (924) | - | (81.190) |
| Transferências | - | - | - | 16.774 | - | 30.365 | - | - | - | (47.139) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2015 | 39.023 | 167.686 | - | 116.390 | 83.572 | 163.820 | 5.216 | 35.161 | 4.998 | 23.143 | 639.009 |
| Custo total | 39.023 | 185.277 | - | 304.273 | 164.517 | 317.240 | 11.158 | 123.436 | 11.589 | 23.143 | 1.179.656 |
| Depreciação acumulada | - | (17.591) | - | (187.883) | (80.945) | (153.420) | (5.942) | (88.275) | (6.591) | - | (540.647) |
| Valor residual | 39.023 | 167.686 | - | 116.390 | 83.572 | 163.820 | 5.216 | 35.161 | 4.998 | 23.143 | 639.009 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2015 | 39.023 | 167.686 | - | 116.390 | 83.572 | 163.820 | 5.216 | 35.161 | 4.998 | 23.143 | 639.009 |
| Aquisição | - | 186 | - | - | 2.951 | - | 24 | 3.757 | - | 54.897 | 61.815 |
| Alienação | (3.933) | (13.212) | - | (993) | (2.696) | (1.923) | (473) | (319) | - | - | (23.549) |
| Depreciação | - | (4.439) | - | (24.628) | (13.139) | (26.644) | (880) | (13.486) | (923) | - | (84.139) |
| Avaliação a valor justo (Nota 16 (c)) | - | - | 578.193 | - | - | - | - | - | - | - | 578.193 |
| Transferências | - | - | - | 32.067 | - | 38.257 | - | - | - | (70.324) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2016 | 35.090 | 150.221 | 578.193 | 122.836 | 70.688 | 173.510 | 3.887 | 25.113 | 4.075 | 7.716 | 1.171.329 |
| Custo total | 35.090 | 172.251 | 578.193 | 335.347 | 164.773 | 353.574 | 10.709 | 126.874 | 11.588 | 7.716 | 1.796.115 |
| Depreciação acumulada | - | (22.030) | - | (212.511) | (94.085) | (180.064) | (6.822) | (101.761) | (7.513) | - | (624.786) |
| Valor residual | 35.090 | 150.221 | 578.193 | 122.836 | 70.688 | 173.510 | 3.887 | 25.113 | 4.075 | 7.716 | 1.171.329 |
| Taxa de depreciação - % | | 1,6 a 2,5 | | (*) | 10 | 10 | 20 | 20 | 10 | | |

(*) Depreciação de acordo com o prazo de vigência dos contratos de locação, que varia entre 5 e 10 anos.

| 16. Imobilizado | | | | | | | | | | | | |
|---------------------------------------|-----------------|-----------|-------------------------|---------------------------------------|---------------------|-------------|----------|------------------------------------|-----------|------------------------------------|--------------------------|-------------------|
| | (b) Consolidado | | | | | | | | | | | |
| | Terrenos | Imóveis | Avaliação a valor justo | Benefeitorias em imóveis de terceiros | Móveis e utensílios | Instalações | Veículos | Equipamento processamento de dados | Aeronaves | Máquinas, aparelhos e equipamentos | Imobilizado em andamento | Imobilizado total |
| Saldos em 1º de janeiro de 2015 | 39.261 | 184.031 | - | 122.378 | 85.546 | 161.905 | 1.879 | 43.896 | 5.928 | 352 | 24.085 | 669.261 |
| Custo total | 39.261 | 198.163 | - | 288.025 | 154.157 | 290.494 | 6.838 | 118.787 | 11.595 | 630 | 24.085 | 1.132.035 |
| Depreciação acumulada | - | (14.132) | - | (165.647) | (68.611) | (128.589) | (4.959) | (74.891) | (5.667) | (278) | - | (462.774) |
| Valor residual | 39.261 | 184.031 | - | 122.378 | 85.546 | 161.905 | 1.879 | 43.896 | 5.928 | 352 | 24.085 | 669.261 |
| Saldos em 1º de janeiro de 2015 | 39.261 | 184.031 | - | 122.378 | 85.546 | 161.905 | 1.879 | 43.896 | 5.928 | 352 | 24.085 | 669.261 |
| Aquisição | - | 22.533 | - | - | 16.899 | - | 4.891 | 13.946 | - | 11 | 47.378 | 105.658 |
| Alienação | - | (170) | - | (527) | (3.562) | (2.132) | (385) | (21) | (6) | - | - | (6.803) |
| Depreciação | - | (5.063) | - | (22.236) | (13.572) | (25.147) | (1.084) | (14.633) | (924) | (99) | - | (82.758) |
| Transferências | - | - | - | 16.775 | - | 30.658 | - | - | - | - | (47.433) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2015 | 39.261 | 201.331 | - | 116.390 | 85.311 | 165.284 | 5.301 | 43.188 | 4.998 | 264 | 24.030 | 685.358 |
| Custo total | 39.261 | 220.527 | - | 304.273 | 167.494 | 319.020 | 11.307 | 132.712 | 11.589 | 642 | 24.030 | 1.230.855 |
| Depreciação acumulada | - | (19.196) | - | (187.883) | (82.183) | (153.736) | (6.006) | (89.524) | (6.591) | (378) | - | (545.497) |
| Valor residual | 39.261 | 201.331 | - | 116.390 | 85.311 | 165.284 | 5.301 | 43.188 | 4.998 | 264 | 24.030 | 685.358 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2015 | 39.261 | 201.331 | - | 116.390 | 85.311 | 165.284 | 5.301 | 43.188 | 4.998 | 264 | 24.030 | 685.358 |
| Aquisição | 28.846 | 647 | - | - | 3.019 | 463 | 26 | 4.614 | - | 51 | 48.649 | 86.315 |
| Alienação | (3.963) | (13.738) | - | (993) | (2.696) | (1.922) | (473) | (319) | - | - | - | (24.104) |
| Depreciação | - | (5.284) | - | (24.628) | (13.355) | (26.871) | (903) | (13.775) | (923) | (90) | - | (85.829) |
| Avaliação a valor justo (Nota 16 (c)) | - | - | 737.622 | - | - | - | - | - | - | - | - | 737.622 |
| Transferências | - | 771 | - | 32.067 | (199) | 38.452 | - | (6.130) | - | (33) | (64.928) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2016 | 64.144 | 183.727 | 737.622 | 122.836 | 72.080 | 175.406 | 3.951 | 27.578 | 4.075 | 192 | 7.751 | 1.399.362 |
| Custo total | 64.144 | 208.142 | 737.622 | 335.347 | 167.633 | 356.013 | 10.860 | 130.922 | 11.588 | 630 | 7.751 | 2.030.652 |
| Depreciação acumulada | - | (24.415) | - | (212.511) | (95.553) | (180.607) | (6.909) | (103.344) | (7.513) | (438) | - | (631.290) |
| Valor residual | 64.144 | 183.727 | 737.622 | 122.836 | 72.080 | 175.406 | 3.951 | 27.578 | 4.075 | 192 | 7.751 | 1.399.362 |
| Taxa de depreciação - % | | 1,6 a 2,5 | | (*) | 10 | 10 | 20 | 20 | 10 | 10 | | |

(*) Depreciação de acordo com o prazo de vigência dos contratos de locação, que varia entre 5 e 10 anos.

(c) **Avaliação a valor justo dos imóveis**
A Companhia e sua controlada Hotel Jatiúca S.A. optaram por ajustar os saldos de seus imóveis em 2016, contratando avaliadores independentes especializados para determinar o valor justo de seus imóveis, pois em 2010 a Companhia não adotou a prática de revisão dos custos históricos dos bens do ativo imobilizado com a utilização do "custo atribuído" (deemed cost), conforme opção prevista nos parágrafos 20 a 29 da ICP 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43. Todos os bens foram objeto de avaliação por empresas especializadas – Apsis Consultoria Empresarial Ltda., Dexter Engenharia S/C Ltda. e Lautec Equipe Técnica Engenharia S/S Ltda. – mediante laudos desenvolvidos segundo as exigências e procedimentos estabelecidos pela NBR 14.653 – Norma Brasileira para Avaliação de Bens – e em conformidade com as técnicas de avaliação expostas pelo Pronunciamento Técnico CPC 46 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os efeitos patrimoniais nas demonstrações financeiras são:

| | Controladora | Consolidado |
|--|--------------|-------------|
| Aumento no ativo imobilizado | 578.193 | 737.622 |
| IRPJ / CSLL diferidos - passivo | 196.586 | 250.791 |
| Ajuste de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido | 381.607 | 486.830 |

(d) Imobilizado em andamento está substancialmente representado por atualização dos equipamentos, remodelagem e atualização das lojas.
(e) Veículos e equipamentos de informática incluem os seguintes valores nos casos em que a Companhia é arrendatário em uma operação de arrendamento financeiro:

| | 2016 | 2015 |
|---|----------|----------|
| Custo - arrendamentos financeiros capitalizados | 95.302 | 99.284 |
| Depreciação acumulada | (76.304) | (71.793) |
| Saldo contábil, líquido | 18.998 | 27.491 |

A Companhia arrenda diversos veículos e equipamentos de informática, segundo contratos de arrendamento financeiro não canceláveis. Os prazos dos arrendamentos são de 24 a 60 meses e a propriedade dos ativos é da Companhia.

| 17. Intangível | | | | | | | | | | | |
|---------------------------|-------------------------------|----------------------|-----------------------------|-----------|--|--|--|--|--|--|--|
| | (a) Controladora | | | | | | | | | | |
| | Marcas registradas e licenças | Licenças de software | Software em desenvolvimento | Total | | | | | | | |
| Em 1º de janeiro de 2015 | | | | | | | | | | | |
| Saldo inicial | 565 | 67.260 | 62.632 | 130.457 | | | | | | | |
| Aquisições | - | - | 43.239 | 43.239 | | | | | | | |
| Amortização | - | (23.242) | - | (23.242) | | | | | | | |
| Transferência | - | 38.548 | (38.548) | - | | | | | | | |
| Saldo contábil, líquido | 565 | 82.566 | 67.323 | 150.454 | | | | | | | |
| Em 31 de dezembro de 2015 | 565 | 82.566 | 67.323 | 150.454 | | | | | | | |
| Custo | 565 | 207.939 | 67.323 | 275.827 | | | | | | | |
| Amortização acumulada | - | (125.373) | - | (125.373) | | | | | | | |
| Saldo contábil, líquido | 565 | 82.566 | 67.323 | 150.454 | | | | | | | |
| Em 31 de dezembro de 2016 | 565 | 82.566 | 67.323 | 150.454 | | | | | | | |
| Saldo inicial | 565 | 82.566 | 67.323 | 150.454 | | | | | | | |
| Aquisições | - | - | 3.039 | 3.039 | | | | | | | |
| Amortização | - | (34.788) | - | (34.788) | | | | | | | |
| Transferência | - | 60.547 | (60.547) | - | | | | | | | |
| Saldo contábil, líquido | 565 | 108.325 | 9.815 | 118.705 | | | | | | | |
| Em 31 de dezembro de 2016 | 565 | 108.325 | 9.815 | 118.705 | | | | | | | |
| Custo | 565 | 268.486 | 9.815 | 278.866 | | | | | | | |
| Amortização acumulada | - | (160.161) | - | (160.161) | | | | | | | |
| Saldo contábil, líquido | 565 | 108.325 | 9.815 | 118.705 | | | | | | | |
| Taxa de amortização - % | | 20 | | | | | | | | | |
| (b) Consolidado | | | | | | | | | | | |
| | Marcas registradas e licenças | Licenças de software | Software em desenvolvimento | Total | | | | | | | |
| Em 1º de janeiro de 2015 | | | | | | | | | | | |
| Saldo inicial | 565 | 67.260 | 62.632 | 130.457 | | | | | | | |
| Aquisições | - | - | 43.239 | 43.239 | | | | | | | |
| Amortização | - | (23.242) | - | (23.242) | | | | | | | |
| Transferência | - | 38.548 | (38.548) | - | | | | | | | |
| Saldo contábil, líquido | 565 | 82.566 | 67.323 | 150.454 | | | | | | | |
| Em 31 de dezembro de 2015 | 565 | 82.566 | 67.323 | 150.454 | | | | | | | |
| Custo | 565 | 207.939 | 67.323 | 275.827 | | | | | | | |
| Amortização acumulada | - | (125.373) | - | (125.373) | | | | | | | |
| Saldo contábil, líquido | 565 | 82.566 | 67.323 | 150.454 | | | | | | | |
| Em 31 de dezembro de 2016 | 565 | 82.566 | 67.323 | 150.454 | | | | | | | |
| Saldo inicial | 565 | 82.566 | 67.323 | 150.454 | | | | | | | |
| Aquisições | - | 23.476 | 8.505 | 31.981 | | | | | | | |
| Amortização | - | (36.266) | - | (36.266) | | | | | | | |
| Transferência | - | 60.547 | (60.547) | - | | | | | | | |
| Saldo contábil, líquido | 565 | 130.323 | 15.281 | 146.169 | | | | | | | |
| Em 31 de dezembro de 2016 | 565 | 130.323 | 15.281 | 146.169 | | | | | | | |
| Custo | 565 | 291.992 | 15.281 | 307.838 | | | | | | | |
| Amortização acumulada | - | (161.669) | - | (161.669) | | | | | | | |
| Saldo contábil, líquido | 565 | 130.323 | 15.281 | 146.169 | | | | | | | |
| Taxa de amortização - % | | 20 | | | | | | | | | |

| 18. Fornecedores | | | | |
|--|--------------|-----------|-------------|-------------|
| | Controladora | | Consolidado | |
| | 2016 | 2015 | 2016 | 2015 |
| Fornecedores nacionais | 319.705 | 469.008 | 320.770 | 469.672 |
| Fornecedores estrangeiros | 25.302 | 46.209 | 25.302 | 46.209 |
| Fornecedores - imobilizado, material de consumo e outros | 25.833 | 34.727 | 25.833 | 34.727 |
| Valores de repasse a operadoras de cartões (i) | - | - | 622.612 | 535.287 |
| Vendor - operações com vencimento em janeiro de 2016 (ii) Confirming (iii) | 86.724 | 59.657 | 86.724 | 59.657 |
| Ajuste a valor presente | (7.547) | (8.882) | (7.546) | (8.882) |
| | 450.017 | 603.904 | 1.073.695 | 1.139.855 |
| Menos | | | | |
| Passivo circulante | (450.017) | (603.904) | (1.073.695) | (1.139.855) |
| No passivo não circulante | - | - | - | - |

ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS

C.N.P.J. 61.099.834/0001-90



(...continuação)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**(c) Processos previdenciários**

Em 29 de janeiro de 2010, a Companhia distribuiu ação de rito ordinário junto à Justiça Federal em São Paulo, visando discutir a legalidade e a constitucionalidade do artigo 10 da Lei nº 10.666/03, do artigo 202-A do Decreto Federal nº 6.957/09 e, também, as alterações promovidas no Anexo V, na Resolução nº 1.308/09 e na Portaria nº 239/09 do CNPS, que promoveram alterações na sistemática de cálculo do Seguro de Acidente de Trabalho (SAT), atualmente denominado de Riscos Ambientais de Trabalho (RAT). Essas alterações, que contemplam a aplicação do Fator Acidentário de Prevenção (FAP) sobre as atuais alíquotas do RAT, promovem substancial aumento no encargo. Por decisão judicial em 3 de fevereiro de 2010, foi deferido o depósito em juízo dos valores excedentes àqueles que a Companhia entende serem devidos que, em 31 de dezembro de 2016, totalizavam R\$ 83.365 (2015 – R\$ 76.327). Em avaliação da administração, apoiada por seus assessores jurídicos, constituiu provisão para contingências dos valores excedentes àqueles que a Companhia entende serem devidos que, em 31 de dezembro de 2016, totalizavam R\$ 83.899 (2015 – R\$ 77.115).

(d) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A Companhia tem ações de natureza fiscal envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, no montante de R\$ 767.231 (2015 – R\$ 731.367), com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição a seguir das principais ações:

(i) Auto de infração de IRRF, IRPJ e CSLL

Em 11 de dezembro de 2007, a Companhia sofreu autuação em relação ao IRRF, ao IRPJ e à CSLL no valor total de R\$ 244.538 (2015 – R\$ 232.092).

Os advogados responsáveis pela defesa deste auto de infração, reportam o risco de perda como possível, razão pela qual, não foi consignada qualquer provisão nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016. Presentemente, as discussões judiciais do auto de infração encontram-se na esfera administrativa.

(ii) Auto de infração de ICMS

Em 9 de dezembro de 2010, a Companhia sofreu auto de infração lavrado pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, referente a créditos de ICMS e obrigações acessórias relacionados à importação de mercadorias, cujo valor atualizado em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 297.567 (2015 – R\$ 274.149). O recurso em que a questão está sendo discutida, o qual se encontra pendente de apreciação nas instâncias administrativas, é considerado pelos assessores jurídicos da Companhia como sendo de risco de perda possível, razão pela qual, o respectivo valor não foi objeto de provisão.

(e) Ativos contingentes

Existem processos judiciais em que a Companhia atua no polo ativo onde há expectativas de ganho. É política somente registrar os ganhos contingentes quando transados em julgado favoravelmente à Companhia e suas controladas. Não há ativos contingentes registrados nos livros.

(f) Depósitos judiciais e cauções

Está sendo apresentado na rubrica Depósitos judiciais e cauções – consolidado, os valores relativos aos casos em que a administração da Companhia é solicitada a efetuar depósitos em juízo para recorrer de sentenças em instâncias superiores. O Grupo apresenta no ativo não circulante os depósitos judiciais – consolidado, efetuados para discussão no montante de R\$ 50.692 em 31 de dezembro de 2016 (2015 – R\$ 50.775), cujo risco de perda é avaliado pelos advogados internos ou externos do Grupo como sendo possível ou remoto.

21. Demais contas a pagar

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|----------|-------------|-----------|
| | 2016 | 2015 | 2016 | 2015 |
| Adiantamento de clientes | 3.794 | 8.541 | 3.794 | 8.541 |
| Repasses na intermediação de produtos financeiros | 55.158 | 23.986 | 67.064 | 23.986 |
| Aluguéis a pagar | 16.151 | 9.642 | 16.151 | 9.642 |
| Benefício pós-emprego (Nota 22) | 15.804 | 29.321 | 15.804 | 29.321 |
| Receita diferida (i) | 101.149 | 21.458 | 101.150 | 21.458 |
| Ação judicial (ii) | 33.433 | 32.094 | 33.433 | 32.094 |
| Outras contas a pagar | 23.244 | 9.186 | 33.529 | 26.764 |
| Parcela classificada no circulante | 248.733 | 134.228 | 270.925 | 151.806 |
| Passivo não circulante | (119.598) | (96.362) | (141.438) | (113.621) |
| | 129.135 | 37.866 | 129.487 | 38.185 |

(i) Refere-se aos contratos de dez anos, firmados com determinadas instituições financeiras, para a venda de serviços financeiros a clientes da Companhia. O valor de R\$ 101.149 (2015 – R\$ 21.458), está segregado entre outras contas a pagar no passivo circulante, no valor de R\$ 5.448 (2015 – R\$ 15.686), e passivo não circulante no valor de R\$ 95.702 (2015 – R\$ 5.772).

(ii) A Companhia compõe o polo passivo em uma disputa judicial com duração de mais de 50 anos que envolve o espólio de um antigo sócio em que, de acordo com os advogados responsáveis pelo acompanhamento da disputa judicial, o risco de perda era considerado como possível, razão pela qual, não havia sido efetuado qualquer provisionamento nas demonstrações financeiras, anteriores a 2011. Durante o exercício de 2011, em razão das decisões prolatadas no citado processo, este passou a ser avaliado como risco provável. A sentença não é líquida e foi objeto de recurso pelas partes. A administração da Companhia e seus advogados, visando obter sua melhor estimativa quanto às perdas futuras, contratou perito especializado e independente que estimou o valor da causa, em 31 de dezembro de 2011, em R\$ 16.549. Em 31 de dezembro de 2016, o valor atualizado corresponde a R\$ 33.433 (2015 – R\$ 32.094).

22. Obrigações de benefícios de saúde pós-emprego

A Companhia oferece a seus empregados e ex-empregados o benefício de assistência médica que se qualifica como obrigações pós-emprego. O direito ao benefício de assistência médica de permanecer no plano de saúde da Companhia é oferecido ao ex-empregado quando da rescisão contratual, porém, arcando com a totalidade dos custos mensais do plano de saúde. Para o desligado aposentado, o período de permanência equivale ao mesmo período de anos que o ex-empregado trabalhou na Companhia sendo que após dez anos de trabalho o benefício estende-se por toda a vida do ex-empregado, desde que esse direito tenha sido adquirido até 31 de agosto de 2016, data que marca o encerramento da participação dos empregados. Para o desligado não aposentado, o período equivale a 1/3 do tempo trabalhado, com mínimo de seis meses e máximo de dois anos, período esse computado até 31.08.2016. Em 31 de dezembro de 2016, foi registrada provisão sobre essa obrigação no montante de R\$ 15.804 (2015 – R\$ 29.321), dos quais R\$ 20.737 (2015 – R\$ 2.671) foram reconhecidos como reversão na demonstração do resultado, decorrentes das mudanças introduzidas pela mudança do plano de assistência médica, e R\$ 7.220 (2015 – R\$ 4.113) foram reconhecidos como remuneração atuarial no resultado abrangente do exercício. Os cálculos de benefício pós-emprego, em 31 de dezembro de 2016, elaborados por especialistas independentes, consideram as seguintes premissas:

| | Percentual |
|-------------------------|------------|
| Taxa de inflação médica | 10 |
| Rotatividade média | 40,4 |

As premissas referentes à experiência de mortalidade são estabelecidas com base em opinião de atuários, de acordo com as estatísticas publicadas. As premissas de mortalidade baseia-se na tábua de mortalidade AT-2000F. Adicionalmente, como regra para fins de aposentadoria, foi considerado como segue:

| Aposentadoria | Tempo de serviço | Idade |
|---------------|------------------|---------|
| Masculino | 35 anos | 65 anos |
| Feminino | 30 anos | 60 anos |

23. Patrimônio líquido**(a) Capital social**

O capital social, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, é representado por 150.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

(b) Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Os dividendos consignados nas demonstrações financeiras e sujeitos à aprovação em assembleia dos acionistas, é como segue:

| | 2016 | 2015 |
|---|----------|-------|
| Lucro líquido do exercício | 58.523 | 2.912 |
| Lucro líquido – base para cálculo da reserva legal | 58.523 | 2.912 |
| Reserva legal – 5% | (2.926) | (145) |
| Lucro retido – não disponível ao acionista (i) | (55.597) | - |
| Lucro líquido ajustado - base para cálculo dos dividendos | - | 2.767 |
| Percentual de dividendos | 25 | 25 |
| Dividendos propostos | - | 692 |

Em 31 de maio de 2016, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o pagamento de dividendos complementares, relativos ao lucro líquido apurado no exercício de 2015 e anos anteriores no montante de R\$ 39.308.

(i) Com a operação imobiliária (Nota 15 (b)), a Companhia registrou ganho de capital no montante de R\$ 149.728. Este montante somente ficará à disposição do acionista para fins de distribuição de dividendos quando da realização via caixa deste valor.

(c) Retenção de Lucros

Conforme estabelecido pelo artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações, o saldo das reservas de lucros (excetuadas as reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar) não poderá ultrapassar o capital social da Companhia (atualmente de R\$ 460.000). Atingido esse limite, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

24. Receita

A composição das principais receitas do Grupo assim como reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|-------------|-------------|-------------|
| | 2016 | 2015 | 2016 | 2015 |
| Mercadorias | 3.729.073 | 4.436.234 | 3.749.987 | 4.458.960 |
| Ajuste a valor presente das vendas | (29.794) | (70.749) | (29.794) | (70.749) |
| Serviços financeiros | - | - | 979.429 | 1.197.821 |
| Serviços prestados | 97.299 | 119.288 | 97.449 | 119.431 |
| Receita bruta de vendas e serviços | 3.796.578 | 4.484.773 | 4.797.071 | 5.705.463 |
| Descontos concedidos | (85.985) | (135.007) | (85.985) | (135.007) |
| Impostos incidentes sobre vendas e serviços | (958.906) | (1.110.334) | (961.201) | (1.112.599) |
| Receita líquida de vendas e serviços | 2.751.687 | 3.241.432 | 3.749.885 | 4.457.857 |

DRA. ANITA LOUISE REGINA HARLEY

Diretora-Presidente

MARTIN MITTELDORF

Diretor Vice-Presidente

DIRETORIA EXECUTIVA

SÉRGIO ANTONIO BORRIELLO

Diretor-Superintendente

ALBERTO KOHN DE PENHAS

Diretor Comercial

JOSÉ LUIZ DA SILVA CUNHA

Diretor de Operações

ABENER BÔA

Contador CRC 1SP05615/O-4

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas

Arthur Lundgren Tecidos S.A. - Casas Pernambucanas

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Arthur Lundgren Tecidos S.A. - Casas Pernambucanas ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Arthur Lundgren Tecidos S.A. - Casas Pernambucanas e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Arthur Lundgren Tecidos S.A. - Casas Pernambucanas e da Arthur Lundgren Tecidos S.A. - Casas Pernambucanas e suas controladas em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva - Adoção de prática contábil de reavaliação para bens do ativo imobilizado

Conforme mencionado na nota explicativa 16 (i) as demonstrações financeiras, no exercício de 2016, a Companhia e sua controlada Hotel Jatiúca S.A. contabilizaram a reavaliação de determinados bens do ativo imobilizado ao seu valor justo, nos montantes de R\$ 578.192 mil, na controladora, e de R\$ 737.622 mil, no consolidado, tendo como contrapartida a rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido. A contabilização dessas reavaliações está em desacordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (Pronunciamento Técnico CPC 27 - "Ativo Imobilizado"), tendo em vista que a Lei nº 11.638/2007 descontinuou a utilização da reavaliação como método de mensuração dos ativos imobilizados. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2016, as demonstrações financeiras da Companhia (Controladora), os saldos dos investimentos, do imobilizado, do imposto de renda e contribuição social diferidos (passivo não circulante) e do patrimônio líquido (rubrica de "Ajuste de avaliação patrimonial"), estão apresentados a maior em R\$ 105.223 mil, R\$ 578.192 mil, R\$ 196.585 mil, em R\$ 486.830 mil, respectivamente. • Nas demonstrações financeiras Consolidadas, os saldos do imobilizado, do imposto de renda e contribuição social diferidos (passivo não circulante) e do patrimônio líquido (rubrica de "Ajuste de avaliação patrimonial"), estão apresentados a maior em R\$ 737.622 mil, R\$ 250.792 mil e R\$ 486.830 mil, respectivamente.

Alteração de prática contábil de propriedade para investimentos

Conforme mencionado na nota explicativa 15 (b) as demonstrações financeiras, no exercício de 2016, a Companhia integralizou o capital social inicial da sociedade controlada Arthur Lundgren Investimentos, Incorporação e Administração Ltda., mediante a transferência de determinados imóveis de sua propriedade, que não estavam sendo utilizados em sua operação comercial. Referidos imóveis foram avaliados ao seu valor justo para fins dessa integralização, gerando um ganho de capital na controladora e no consolidado no montante de R\$ 149.728 mil (correspondente a R\$ 98.820 mil, líquido dos efeitos tributários). Considerando que a controlada passou a classificar esses imóveis como propriedades para investimento avaliadas ao valor justo, o ganho de capital representa, em essência, a alteração do critério de avaliação de custo histórico para valor justo, o qual deveria ser contabilizado diretamente no patrimônio líquido, na rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial", conforme orientação do Pronunciamento Técnico CPC 28 - "Propriedade para investimento". Consequentemente o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, da Companhia (Controladora) e do Consolidado, teria sido reduzido em R\$ 98.820 mil, líquido dos efeitos tributários.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido

25. Despesas por natureza

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|-------------|-------------|-------------|
| | 2016 | 2015 | 2016 | 2015 |
| Custo das mercadorias vendidas | (1.636.585) | (2.036.074) | (1.700.711) | (2.097.401) |
| Despesa com pessoal | (614.940) | (634.179) | (706.770) | (686.582) |
| Encargos de depreciação e amortização | (118.927) | (104.432) | (122.096) | (106.000) |
| Despesas de transporte | (8.879) | (14.710) | (8.879) | (14.710) |
| Custos de publicidade | (47.610) | (96.049) | (56.279) | (109.219) |
| Despesa de ocupação, uso e manutenção | (212.419) | (222.918) | (234.341) | (263.975) |
| Despesa de comunicação | (8.316) | (13.260) | (58.099) | (59.903) |
| Outras despesas (inferiores a R\$ 8 milhões por rubrica) | (169.139) | (203.926) | (710.193) | (909.089) |
| Custo total das vendas, despesas de vendas e despesas gerais e administrativas | (2.816.365) | (3.325.548) | (3.597.368) | (4.246.879) |

26. Outras receitas (despesas), líquidas

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|---------|-------------|---------|
| | 2016 | 2015 | 2016 | 2015 |
| Patrocínio cultural (incentivo fiscal) | - | - | (1.450) | (2.109) |
| Aluguéis recebidos | 5.422 | 4.508 | 5.422 | 4.508 |
| Despesas diversas (i) | (16.290) | - | (16.290) | - |
| Ganho de capital na alienação de bens – Arthur Lundgren Investimentos, Incorporação e Administração Ltda. (Nota 15 (b)) | 149.728 | - | 149.728 | - |
| Ganho de capital na alienação de bens – Hotel Jatiúca S.A. (Nota 15 (i)) | 28.660 | - | 28.660 | - |
| Perdas na alienação de resíduos | (2.335) | (4.409) | (2.335) | (4.409) |
| Ganhos em créditos bancários não identificados | 712 | 45 | 12.061 | 45 |
| Participação em resultados | 7.721 | - | - | - |
| Outras receitas (despesas), líquidas | 375 | (428) | 1.915 | 355 |
| | 173.993 | (284) | 177.711 | (1.610) |

(i) É política da Companhia provisionar valores que ofereçam algum tipo de risco futuro, portanto, há provisão referente a créditos de PIS e COFINS tomados sobre determinadas despesas.

27. Despesas e receitas financeiras

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|-----------|-------------|-----------|
| | 2016 | 2015 | 2016 | 2015 |
| Despesa financeira | - | - | - | - |
| Empréstimos com partes relacionadas | (206) | (314) | - | - |
| Empréstimos bancários | (196.012) | (185.779) | (198.979) | (195.059) |
| Variação cambial passiva | (2.388) | (12.540) | (2.388) | (12.540) |
| PIS e COFINS sobre receita financeira | (9.430) | (7.903) | (9.430) | (7.903) |
| Ajuste a valor presente de fornecedores | (57.948) | (67.576) | (57.948) | (67.576) |
| Swaps de taxa de juros: hedges do valor justo | 5.304 | (4.417) | 5.706 | (4.136) |
| Recuperação judicial de juros pagos indevidamente | 12.968 | - | 12.968 | - |
| Outras despesas financeiras | (1.814) | (1.724) | (2.231) | (2.402) |
| Total das despesas financeiras | (249.526) | (280.253) | (252.302) | (292.616) |
| Receita financeira | - | - | - | - |
| Receita financeira de depósitos bancários de curto prazo | 13.567 | 21.386 | 13.567 | 21.386 |
| Receita financeira de empréstimos para partes relacionadas | 243 | 393 | - | - |
| Descontos obtidos | 9.157 | 14.151 | 9.157 | 14.151 |
| Ajuste a valor presente - contas a receber | 39.107 | 75.594 | 39.107 | 75.594 |
| Atualização monetária dos depósitos judiciais | 5.159 | 3.003 | 5.159 | 3.003 |
| Outras receitas financeiras | 2.023 | 1.981 | 2.615 | 3.062 |
| Total das receitas financeiras | 69.256 | 116.508 | 69.605 | 117.196 |
| Despesas financeiras, líquidas | (180.270) | (163.745) | (182.697) | (175.420) |

28. Despesa de imposto de renda e contribuição social

O imposto sobre o lucro, antes do imposto, difere do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota de imposto média ponderada, aplicável aos lucros das entidades consolidadas, como segue:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|----------|-------------|-----------|
| | 2016 | 2015 | 2016 | 2015 |
| Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social | 42.531 | (74.323) | 147.531 | 33.948 |
| Alíquota nominal combinada de imposto de renda e contribuição social - % | 34 | 34 | 34 | 34 |
| Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação | (14.461) | 25.270 | (50.161) | (11.542) |
| Efeitos de imposto de renda e contribuição social de diferenças permanentes | - | - | - | - |
| Efeito da diferença na alíquota da contribuição social da PEFISA (i) | - | - | (25.626) | (18.121) |
| Resultado de equivalência patrimonial | 38.585 | 59.100 | - | - |
| Bônus administradores | (1.099) | (2.825) | (1.625) | (2.825) |
| Patrocínios e doações | (595) | - | (2.771) | - |
| Outras | (6.438) | (4.310) | (8.859) | 1.395 |
| Despesa de imposto de renda e contribuição social resultado do exercício | 15.992 | 77.235 | (89.042) | (31.093) |
| Corrente | (743) | - | (127.097) | (166.626) |
| Diferido | 16.735 | 77.235 | 38.055 | 135.533 |
| | 15.992 | 77.235 | (89.042) | (31.093) |